

PARECER: 1/2018

DATA: 10/05/2018

ASSUNTO: Natureza Jurídica da Fundação Arpad Szenes-Vieira da Silva

- 1 - O Gabinete do Ministro da Cultura solicita um parecer sobre a natureza privada ou pública da Fundação Arpad Szenes - Vieira da Silva, em virtude da Inspeção Geral das Actividades Culturais ter colocado dúvidas a esse respeito.
- 2- A versão actualmente em vigor dos estatutos da Fundação é a que consta do Decreto-lei nº 149/90 de 10 de Maio.
- 3 - A Fundação tem por fim promover a divulgação e o estudo das obras de Vieira da Silva e de Arpad Szenes (Art.3º e Art.2º do Capítulo I).
- 4 - A Fundação foi instituída pelo Estado, pela Câmara Municipal de Lisboa, pelo Dr. Azeredo Perdigão, pela Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e pela Fundação Cidade de Lisboa (Art.º1º).
- 5 - O próprio decreto-lei nº 149/90 afirma tratar-se de uma instituição de direito privado e utilidade pública (Art.2º)
- 6 - O património da Fundação é constituído do modo como está referido no Art.3º. Nele se congregam contribuições fixadas em montantes explicitados, em imóveis e num outro conjunto de parcelas a que não é possível atribuir valores monetários.

7 - O património inicial da Fundação é constituído:

- a. Pelo imóvel designado Fábrica de Tecidos de Seda, que representa a contribuição da Câmara Municipal de Lisboa;
- b. Pelo valor das obras de recuperação no montante de 225.000.000 escudos suportado pela Fundação Calouste Gulbenkian;
- c. Pela contribuição de 50.000.000 escudos da Fundação Luso-Americana;
- d. Pela contribuição de 50.000.000 escudos da Fundação Cidade de Lisboa.

8 - Os órgãos da Fundação são (Art.5º)

- a. O Conselho de Administração;
- b. O Conselho de Patronos;
- c. O Conselho Fiscal.

9 - O Conselho de Administração é formado por 5 a 7 administradores nele tendo assento os fundadores (cinco) que co-optam os restantes membros.

10 - O património financeiro inicial da Fundação foi subscrito integralmente por entidades privadas, uma vez que a Câmara Municipal de Lisboa contribuiu com um imóvel e o Estado não participou na formação desse capital.

11 - Analisando a composição do Conselho de Administração, ao longo do tempo, nela têm tido peso dominante entidades privadas, nunca tendo sido prevaletentes os representantes do Estado ou de outras entidades públicas.

12 - Nem o Estado nem a Câmara Municipal de Lisboa, têm o poder, cada um de per si ou mesmo em conjunto, de designar a maioria dos membros do Conselho de Administração.

13 - Assim, de acordo com os critérios fixados na Lei-Quadro das Fundações (art.º 4.º), a Fundação Arpad Szenes - Vieira da Silva deve ser considerada como uma Fundação de direito privado.

O Dr. Emílio Rui Vilar não participou na elaboração deste Parecer, em consonância com a declaração que fez para a ata por ser membro do Conselho de Patronos da Fundação.